

Dossier: Angola

## **A guerra que estava com eles**

Fernando Jorge Cardoso

Mesmo em tempo de paz, a centralidade do MPLA e da UNITA no cenário político angolano é inquestionável. Outros actores, das igrejas às organizações não-governamentais, passando por partidos políticos, terão que batalhar por um lugar na sociedade angolana. É opinião quase unânime dos media e dos analistas da situação angolana que a guerra acabou com a morte de Jonas Savimbi e com o acordo, celebrado em Abril do presente ano, entre delegações militares de ambos os lados. E tudo indica que sim. Após quatro décadas de confrontos, com períodos fugazes de paz ou tréguas, os contendores parecem finalmente apostados em competir por meios não violentos pelo exercício do poder político em Angola. Em todo este longo e penoso processo, ressaltam algumas questões importantes para a melhor compreensão do cenário político angolano.

Uma primeira questão tem a ver com a componente mais permanente e essencial na natureza do conflito desde a sua eclosão: a guerra em Angola foi, antes de mais, dirimida pelo controlo do poder central do Estado entre duas elites que hoje permanecem no centro da política angolana. É certo que o confronto Leste-Oeste e a intervenção de forças cubanas e sul-africanas deram uma dimensão internacional ao conflito, o mesmo ocorrendo com a intervenção de forças governamentais e da UNITA em território dos Congos, que reflectiram a capacidade de projecção de forças para além das fronteiras. Porém, em nenhum momento foi defendida pelas respectivas lideranças a partição do país ou a independência de Cabinda e, mesmo antes da eminente vitória militar sobre Savimbi, as tropas do governo angolano iniciaram a sua retirada do território congolês, com a diplomacia de Luanda a retomar os contactos com os regimes do Uganda e do Ruanda e a promover um acordo com o novel poder em Kinshasa, agora exercido por Joseph Kabila. O peso da componente interna da guerra em Angola permite perceber melhor a falência das três tentativas de acordos promovidas pela comunidade internacional e o rápido sucesso do acordo de paz estabelecido em Abril entre militares e políticos dos dois lados.

A segunda questão prende-se com a sofisticação das diplomacias de ambos os movimentos. Savimbi revelou-se um hábil negociador nas primeiras fases do conflito. Até à não aceitação dos resultados eleitorais e apesar da sua colagem conjuntural ao regime do *apartheid*, a UNITA concitou um forte apoio internacional, junto a governos, parlamentos e a correntes de opinião pública, incluindo da esquerda anticomunista, que viam em Savimbi um líder guerrilheiro que combatia um regime percebido como “pró-soviético”. A partir de 1992, esta situação começou a inverter-se. O governo angolano desencadeou uma bem sucedida operação diplomática que, em conjunto com a ofensiva militar, o levou a afirmar-se internacionalmente. Na realidade, a actuação em favor de Sassou-Nguesso no Congo-Brazzaville e a forma inteligente como foi gerida a concessão de poços petrolíferos, tendo os dois principais, Takula (50% da produção actual) e Girassol (20%), ficado, respectivamente, com a Chevron, americana, e com a Elf, francesa, são exemplo claro da forma como os actores externos foram geridos pelo poder.

Uma terceira questão, talvez a mais polémica de todas, tem a ver com a natureza essencial das elites em confronto e dos interesses que ambas defendem. Já atrás ficou expresso um facto dificilmente refutável: nenhum dos movimentos reclamou a representação de tribos ou regiões. O MPLA sempre argumentou que a maior parte dos seus militares eram de origem umbundu; a UNITA, embora com uma base social originalmente assente em regiões do planalto central, levou e manteve a guerra no norte e nordeste do país, em territórios de predominância tchókwé e kikongo, particularmente após 1994. Na realidade, sem negar que a matriz de dominação em Angola releva de uma aliança entre descendentes de colonizadores, de antigos senhores de terras e escravos e de crioulos, o que é um facto indesmentível nos dias de hoje é que as lideranças de ambos os lados são cosmopolitas, com elevados níveis de instrução. Nem a UNITA é mais, se é que alguma vez o foi na sua essência, um movimento rural, nem o MPLA se confinou algumas vez às zonas urbanas e do litoral.

A bipolarização do cenário político angolano nos próximos anos é previsível. O MPLA vai reagrupar forças e antigos membros regressarão às fileiras; os que saírem para formar ou juntar-se a pequenos partidos, por mais história política ou carisma que transportem, serão secundarizados. José Eduardo dos Santos determinará o tempo e o modo da sua anunciada saída da cena política activa e o próximo líder do MPLA será por ele patrocinado ou apoiado, provavelmente de entre os quadros da nova geração. O mesmo fenómeno se passa com a UNITA: a “renovada” tem os dias contados, a escolha da nova

liderança vai ser discutida entre figuras como Gato, Chivukuvuku, Numa ou Samakuva. Qualquer outro nome que apareça, surgirá como compromisso entre os que constituem o directório da UNITA, com preponderância para aqueles que acompanharam activa ou silenciosamente Jonas Savimbi.

O espaço de manobra para outros partidos, inclusivamente o histórico FNLA é muito pequeno. A carta regional poderá ser jogada em Cabinda pelas várias FLEC ou na zona tchókwé por partidos como o PRS, para dar dois exemplos de realidades existentes. Porém, o espaço de manobra para partidos regionalistas é reduzido pela influência da UNITA e do MPLA nas várias regiões do país. Tal não significa o desaparecimento de outros partidos; significa sim que a sua relevância ficará dependente de possíveis alianças, caso os pesos eleitorais de MPLA e UNITA se equiparem na altura das próximas eleições, algures entre 2004 e 2005.

Entretanto, a sociedade civil, que ganhou força em Angola nos últimos anos, vai ter que passar a prova de fogo da paz. As igrejas, a católica e as protestantes, dificilmente se manterão unidas por muito mais tempo: a competição pelas almas e pela influência sobre os corpos que as transportam vai fazer-se sentir no terreno ecuménico. Tal não significa que as igrejas se tornarão menos presentes na sociedade angolana mas sim que a sua influência será espartilhada. A imprensa independente do governo veio para ficar e dificilmente os angolanos aceitarão a perda deste espaço de liberdade e afirmação - o governo percebeu isso com a desastrosa gestão que fez do caso Rafael Marques. As outras associações da sociedade civil, organizações não-governamentais ou de outro tipo, têm um caminho de afirmação a percorrer. Figuras políticas desavindas com os partidos e que transportaram a sua ambição política para o interior das organizações não-governamentais, têm pouco espaço de manobra, sob risco de colocarem em causa a credibilidade das organizações: não se pode aparecer um dia como dirigente partidário, no outro dia como jornalista político e no dia seguinte como gestor de uma organização dependente de um qualquer fundo estatal ou internacional.

Um outro tipo de considerações importa também fazer. Contrariamente ao que muitos apregoam, Angola não é um país estratégico na geopolítica do petróleo ou nos interesses dos EUA. É, isso sim, um país que beneficia conjuntamente de uma situação política periclitante no Médio Oriente e que leva os actuais dirigentes americanos a diversificar fontes de importação, como eventual alternativa ao petróleo saudita, iraquiano ou iraniano - bem mais barato que o dos *off-shore* de águas profundas, como é o caso de Angola. Os

EUA são simultaneamente o maior produtor e importador de petróleo do mundo. Por razões de índole estratégica, as importações de petróleo dos EUA estão já diversificadas, como se pode constatar nos quadros desta revista. O aumento do peso das exportações angolanas, que representaram 5% nas importações dos EUA em 2001, cerca de 500.000 barris diários (um pouco mais de metade da produção actual), dificilmente aumentarão significativamente, quer por dificuldades de uma rápida expansão da produção - o incremento da extracção para o dobro demorará cerca de 4 a 5 anos -, quer porque, por mais volátil que se apresente a situação no Médio Oriente, será pouco provável uma guerra que ponha em causa fontes baratas de aprovisionamento por prazos prolongados. O petróleo angolano é, isso sim, essencial para um mais rápido desenvolvimento de Angola, desde que a inteligência que os dirigentes de ambos os lados têm vindo a demonstrar nos últimos tempos se não esfume em arrogância e deslumbramento com riqueza e poder.

Esta primeira consideração leva directamente a uma outra, relacionada com a apregoada corrupção do poder. Segundo o FMI, as contas orçamentais apresentam um “buraco negro” não justificado de cerca de 750 milhões de dólares, número este ainda mais empolado por estimativas de organismos internacionais, como, por exemplo, o Human Rights Watch ou a Transparência Internacional. Esta suspeição, a dimensão das receitas anuais de exportação de petróleo, cerca de 2 mil milhões de dólares em 2001, a ostentação de riqueza por parte de alguns políticos, de militares de elevada patente e de “novos empresários” dependentes de encomendas governamentais, alimentam as posições que, interna e internacionalmente, defendem uma diminuição da ajuda externa ao governo e o incremento de pressões sobre o governo no sentido de aplicar as receitas do petróleo (e dos diamantes) no desenvolvimento do país e na ajuda humanitária às populações.

Estes argumentos, mesmo se parcialmente verdadeiros, são perigosos. Primeiro, porque a corrupção se combate com transparência. Mais importante que especular sobre o provável destino do dinheiro não explicitado nas contas, parcialmente usado para compra de armamentos durante a guerra, incluindo possíveis e, infelizmente, internacionalmente generalizadas, comissões, é defender a não continuidade desta situação. Ou seja, apoiar as propostas do FMI, pelo menos neste particular capítulo. Segundo, porque, mesmo dispondo de verbas para o investimento e a ajuda humanitária, a verdade é que o Estado angolano não está em condições de, a curto prazo e em significativas partes do país, organizar, distribuir ou mesmo controlar a ajuda humanitária. E não nos esqueçamos que

parte dessa ajuda se destina a cerca de 80 mil ex-soldados da UNITA e 200 mil familiares. As dezenas de organizações humanitárias, nacionais e estrangeiras, e as agências das Nações Unidas presentes em Angola são essenciais no imediato e no curto prazo. Sem a sua acção e o respectivo financiamento internacional não só aumentarão os níveis de desnutrição e morte por fome, como também poderão eclodir focos de violência ocasionados por necessidades de sobrevivência. Ou seja, a ajuda internacional deve ser mantida e, se possível, conjuntamente reforçada, sem que tal signifique um aval para qualquer continuidade de práticas de menor transparência nos gastos do Estado.

No fundo, a gestão da paz, tal como a da guerra não deixa de ser um problema. A maioria dos angolanos que conheço tem uma forma muito própria de se exprimir sobre problemas. Não dizem “eu tenho um problema”, dizem: “há um problema que eu estou com ele”; o problema não é visto como seu, mas sim como uma externalidade, mesmo quando essa externalidade se eterniza. Tanto assim é que ele, o problema, fica à porta do restaurante ou da discoteca, voltando a ser repescado pelo seu hospedeiro à saída ou voltando a reinstalar-se nele. A guerra passou à categoria de “problema que estava connosco”. Esperemos que à paz, o novo problema, não se venha a aplicar a mesma expressão.